



**CAMARA DOS DEPUTADOS**

## **COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE**

**(AUDIÊNCIA PÚBLICA)**  
**REQUERIMENTO Nº           , DE 2008**  
**(Do Sr. Ayrton Xerez)**

Solicita realização de audiência pública para os fins que especifica.

Senhor Presidente,

Nos termos do art.58, § 2º, V, da Constituição Federal e na forma do arts. 24, VII, 32, XI, “b” e 255 a 258 do Regimento Interno, seja convidada a comparecer a este órgão técnico, em **audiência pública** a realizar-se em data a ser agendada, a Sra. Maria de la Soledad Bajo Castrillo, para debater sobre os cartões de pagamento do Governo Federal – CPGF, em especial sobre o vazamento de informações sigilosas pela Casa Civil.



## **JUSTIFICAÇÃO**

A partir de agosto de 2001, o Governo Federal, com o intuito de dar maior controle, transparência e agilidade aos gastos públicos eventuais e de pequeno vulto que não demandam processo licitatório, passou a adotar os chamados cartões de crédito corporativos. No entanto, vieram a público notícias de que, em não raras ocasiões, os cartões foram utilizados de forma abusiva, revelando um novo escândalo de corrupção do Governo Lula.

A farra com os cartões veio a público quando descobriram-se despesas com o cartão corporativo da Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Sra. Matilde Ribeiro. Foram gastos de R\$ 110 mil com locação de automóveis, mais de R\$ 5 mil em restaurantes e R\$ 461 em um *free shop*.

E, infelizmente, isso não foi um fato isolado. Tem-se observado, ano a ano, o avanço nos gastos por esse instrumento criado essencialmente para pagamentos emergenciais e de pequeno vulto: se em 2002 foram gastos R\$ 1,2 milhão, em 2007 os gastos ultrapassaram a casa dos R\$ 75,8 milhões, sendo mais da metade deste valor sacada em espécie.

Atenta a todo esse processo, após movimentação no Congresso para se abrir uma comissão de inquérito sobre esses gastos, a Presidência da República encaminhou a Ministérios e órgãos da administração direta, em fevereiro deste ano, um e-mail com vistas a reunir informações sobre a utilização de suprimento de fundos/contas tipo "B". Segundo o referido e-mail, as informações eram



## CAMARA DOS DEPUTADOS

imprescindíveis para se explicitar o avanço da adoção dos cartões em relação aos mecanismos tradicionais de gastos públicos utilizados antes.

De acordo com matéria publicada no Estadão, de 28 de março de 2008, este e-mail foi enviado depois de uma reunião no Palácio do Planalto, com o objetivo de coletar dados sobre o governo FHC. Ao reunir dados sigilosos, sem solicitação judicial, do TCU ou da CPI, visto que a Comissão Mista só foi instalada *a posteriori*, o governo teria de mantê-los longe de vazamentos, o que não aconteceu, já que a Revista Veja trouxe, na edição nº 2053, de 26 de março de 2008, a denúncia da existência de um “dossiê”, produzido dentro do Palácio do Planalto, que faz referências a gastos do gabinete pessoal do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Ainda segundo o Estadão, o texto do e-mail *“mostrava que o relatório dos ministérios deveria incluir o ‘comprovante de saneamento do erro’, quando constatada irregularidade. Solicitava, ainda, que fossem apurados e identificados ‘personagens, de preferência alguém que estava na função antes da instituição do cartão’ - ou seja, antes de 2001.”* Ainda segundo a matéria, *“a coleta de dados deveria atender ‘sobretudo’ aos ‘mecanismos tradicionais de gastos públicos utilizados antes’ - ou seja no governo FHC. Esse e-mail contradiz a informação de Dilma de que não teria havido “investigação sobre o governo passado”.*

As informações sigilosas foram vazadas e divulgadas em primeira mão pela Revista Veja (edição nº 2053). Matéria do Jornal Folha de São Paulo, de 28 de março de 2008, apurou que a ordem para que fosse montado esse “dossiê” teria partido da Sra. Erenice Alves Guerra, Secretária-Executiva da Casa Civil e a servidora mais próxima da Sra. Dilma Roussef, Ministra-Chefe da Casa Civil.

